



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### **LEI N.º 873/98**

“Dispõe sobre a criação do Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Lajinha- MG, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Lajinha- MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores APROVOU a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei estabelece o novo Plano de Carreira e remuneração para o Magistério Público do Município, cria o respectivo quadro de cargos, dispõe sobre o regime de trabalho e plano de pagamento dos membros do magistério.

Art. 2º - O regime jurídico dos membros do magistério é o mesmo dos demais servidores do Município, observadas as disposições específicas desta Lei.

### **TÍTULO II DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO**

Art. 3º - A carreira do Magistério Público do Município tem como princípios básicos:

- I – habilitação profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da comprovação de titulação específica;
- II – eficiência: habilidade técnica e relações humanas que evidenciem tendência pedagógica, adequação metodológica e capacidade de empatia para o exercício das atribuições do cargo;
- III – valorização profissional: condições de trabalho condigna com a qualidade exigida para o exercício da atividade;
- IV – a progressão na carreira, mediante promoções baseadas no tempo de serviço e merecimento.

### **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

#### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º - A carreira do Magistério Público de 1º Grau de ensino, constituída de cargos de provimento efetivo, é estruturada em seis classes dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de classe a classe, cada uma compreendendo, no máximo, quatro níveis de habilitação, estabelecidos de acordo com a formação do pessoal do Magistério.

Art. 5º - Para efeitos desta Lei, cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao membro do Magistério, mantidas as características de criação por Lei,



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada.

### **SEÇÃO II DAS CLASSES**

Art. 6º - As classes constituem a linha de promoção dos professores.

Parágrafo Único – As classes são designadas pelas letras A, B, C, D, E e F, sendo esta última a final de carreira.

Art. 7º - Todo cargo se situa, inicialmente, na classe “A” e a ela retorna quando vago.

### **SEÇÃO III DA PROMOÇÃO**

Art. 8º - Promoção é a passagem do membro do Magistério de uma determinada classe para a imediatamente superior.

Art. 9º - As promoções obedecerão ao critério de tempo de exercício mínimo em cada classe e ao merecimento.

Art. 10 – O tempo de exercício mínimo na classe imediatamente anterior para fins de promoção para a seguinte será de:

- I – cinco anos para classe B;
- II – cinco anos para a classe C;
- III – cinco anos para classe D;
- IV – cinco anos para classe E;
- V – cinco anos para classe F.

Art. 11 – Merecimento é a demonstração positiva do membro do Magistério no exercício do seu cargo e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente, dedicada e leal das atribuições que lhe são cometidas, bem como pela assiduidade, pontualidade e disciplina.

Art. 12 – Em princípio, todo professor tem merecimento para ser promovido de classe.

§ 1º - Fica prejudicado o merecimento, acarretando a interrupção da contagem do tempo de exercício para fins de promoção, sempre que o professor:

- I – somar duas penalidades de advertência;
- II – sofrer pena de suspensão disciplinar, mesmo que convertida em multa;
- III – completar cinco faltas não justificadas ao serviço;
- IV – somar dez atrasos de comparecimento ao serviço e ou saídas antes do horário marcado para o término da jornada;
- V – deixar de participar de cinco atividades extra- classe desenvolvidas pela escola.

§ 2º - Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses de interrupção previstas no parágrafo anterior, iniciar-se-á nova contagem para fins do tempo exigido para promoção.

Art. 13 – Acarretam a suspensão da contagem do tempo para fins de promoção:

- I – as licenças e afastamentos sem direito à remuneração;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

II – as licenças para tratamento de saúde ;

III – os afastamentos para exercício de atividades não relacionadas com o magistério.

Art. 14 – As promoções terão vigência a partir do mês seguinte àquele em que o servidor completar o tempo exigido para a promoção.

### **SEÇÃO V DOS NÍVEIS**

Art. 15 – Os níveis constituem a linha de habilitação dos professores, como segue:

**Nível 1** – Habilitação específica de 2º Grau completo.

**Nível 2** - Habilitação específica de 2º Grau completo c/adicional.

**Nível 3** – Habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura.

**Nível 4** – Habilitação específica obtida em curso de pós graduação.

§ 1º - Os professores que não se enquadrarem nos níveis acima referidos permanecerão em quadro de extinção, percebendo os vencimentos básicos marcados para o Nível 1, classe “A”.

§ 2º - A mudança de nível é automática e vigora a contar do mês seguinte àquele em que o interessado requer e apresentar o comprovante de nova habilitação.

§ 3º - O nível é pessoal, de acordo com a habilitação específica do professor, que o conservará na promoção à classe superior.

### **CAPÍTULO III DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇÃO**

Art. 16 – O recrutamento para os cargos de professor far-se-á para a classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, observadas as normas gerais constantes do regime jurídico dos servidores municipais.

Art. 17 – Os concursos públicos serão realizados segundo as áreas e habilitações seguintes:

I – Área 1 – Currículo por Atividades, Ensino de 1º Grau, da 1ª a 4ª séries; Habilitação do Magistério de 2º Grau e ou Pedagogia;

II – Área II - Currículo por Disciplina, Ensino de 1º Grau, da 5ª a 8ª séries; Habilitação específica de Grau Superior, obtida mediante licenciatura de 1º Grau, no mínimo, ou em curso, mediante comprovação com atestado de matrícula, semestralmente, até o término do curso.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

Parágrafo Único – Os concursos para a Área II serão realizados somente quando houver vaga em disciplina para a qual não haja possibilidade de aproveitamento de professor nos termos do Artigo 18, § 1º e 2º.

Art. 18 – O professor estável com habilitação para lecionar em qualquer das áreas referidas no Artigo anterior, poderá pedir a mudança de área de atuação.

§ 1º - A mudança de área de atuação depende da existência de vaga em unidade de ensino e não poderá ocorrer se houver candidato aprovado em Concurso Público para a respectiva área, salvo se nenhum deles aceitar a indicação para a vaga existente.

§ 2º - Havendo mais de um interessado para a mesma vaga terá preferência na mudança de área o professor que tiver, sucessivamente:

I – maior tempo de exercício no Magistério Público do Município;

II – maior tempo de exercício no Magistério Público em geral;

III – maior idade.

§ 3º - É facultativo à Administração, diante de real necessidade do ensino municipal e observado o disposto nos parágrafos anteriores, determinar a mudança da área de atuação do professor.

Art. 19 – O professor da Área de Currículo por Disciplina, cujo número de horas em que lecionar for inferior à carga horária normal estabelecida nesta Lei para o membro do magistério, terá de completar a jornada em outras atividades constantes das especificações do cargo de Professor, conforme determinado pela direção da escola mediante orientação central de educação do Município.

### **TÍTULO III DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 20 – O regime de trabalho de professores é de 25 horas semanais, das quais cinco horas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da Escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

§ 1º - A jornada de trabalho dos demais integrantes do quadro do Magistério é de 40 horas semanais.

§ 2º - O professor que atua no currículo por área e ou por disciplina, quando não completar a carga horária correspondente ao cargo em sala de aula ou em atividades exigidas pela direção da escola, receberá somente pelo número de horas/ aulas dadas.

### **TÍTULO IV DO QUADRO DO MAGISTÉRIO**

Art. 21 – É criado o Quadro do Magistério Público do Município, que será constituído de cargos de Professor e de Funções Gratificadas.

Art. 22 – São criados cento e sessenta (160) cargos de Professor.

Parágrafo Único – As especificações do cargo efetivo de Professor são as que constam no ANEXO ÚNICO a esta Lei.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 23 – São criadas as seguintes Funções Gratificadas específicas do Magistério.

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
2	<b>Diretor de Escola I</b>	FG 03
2	<b>Diretor de Escola II</b>	FG 04
2	<b>Diretor de Escola III</b>	FG 05
5	Secretário de Escola	FG 01
5	Supervisor, Orientador e Inspetor de Ensino	FG 02
5	Bibliotecário	FG 01

Parágrafo único - O exercício das Funções Gratificadas de que trata este artigo é privativo de professor do Município ou posto à sua disposição.

### TÍTULO V DO PLANO DE PAGAMENTO

#### CAPÍTULO I DA TABELA DE PAGAMENTO DOS CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 24 – Os vencimentos dos cargos efetivos do Magistério e o valor das funções gratificadas serão obtidas através da multiplicação dos coeficientes respectivos pelo valor atribuído ao Padrão Referencial (P.R.) fixa no Artigo 25, conforme segue:

I – Cargos de provimento efetivo:

NÍVEIS	COEFICIENTES SEGUNDO AS CLASSES					
	A	B	C	D	E	F
1	286.00	288.00	291.00	294.00	297.00	300.00
2	300.00	303.00	306.00	308.00	311.00	314.00
3	314.00	317.00	320.00	323.00	326.00	328.00
4	328.00	331.00	334.00	337.00	340.00	343.00

II – Funções Gratificadas:

CÓDIGO	COEFICIENTE
--------	-------------



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

<b>FG 01</b>	314.00
FG 02	442.00
FG 03	520.00
FG 04	624.00
FG 05	728.00

### **CAPÍTULO II DAS GRATIFICAÇÕES**

#### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 25 – Além das gratificações e vantagens previstas para os servidores em geral, do Município, conforme Lei de instituição do regime jurídico único, serão deferidas aos professores as seguintes gratificações específicas :

- I – gratificação pelo exercício de direção de escola;
- II – gratificação pelo exercício em escola de difícil acesso;.

§ 1º - As gratificações de que trata este artigo serão somente quando o professor estiver no efetivo exercício das atribuições a elas inerentes, e durante os afastamentos legais com direito a remuneração integral.

§ 2º - O professor que lecionar mais de uma série, ao mesmo tempo (multi-docência), fará jus a uma gratificação de 3% sobre o vencimento básico da classe e nível a que pertencer.

#### **SEÇÃO II DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO EM ESCOLA DE DIFÍCIL ACESSO**

Art. 26 – O professor lotado em escola de difícil acesso perceberá, como gratificação, respectivamente, 1%, 3% ou 5% sobre o vencimento básico do nível a que pertencer, conforme classificação da escola em dificuldade mínima (A), média (B) ou máxima (C).

§ 1º - As escolas de difícil acesso serão classificadas em decreto, baixado pelo Prefeito Municipal, no mês de Janeiro de cada ano, mediante enquadramento em um dos graus de dificuldade de que trata este artigo.

§ 2º - São requisitos mínimos para classificação da escola como de difícil acesso:

- I – localização da zona rural;
- II – distância da zona urbana do Município ou das sedes distritais;
- III – inexistência de linha regular de transporte coletivo;
- IV – acessibilidade em dias de chuva.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 3º - O professor domiciliado no interior, com residência até cinco mil metros da escola, perceberá gratificação por difícil acesso do grupo “B”, o professor domiciliado no interior, cuja residência distar mais de cinco mil metros da escola, perceberá a gratificação por difícil acesso do grupo “C”.

### **TÍTULO VI DA CONTRATAÇÃO PARA NECESSIDADE TEMPORÁRIA**

Art. 27 – Consideram-se como necessidade temporária as contratações que visem a substituir professor legal e temporariamente afastado.

Art. 28 – A contratação a que se refere o artigo anterior somente poderá ocorrer quando não for possível a convocação de outro professor para trabalhar em regime suplementar, observado o disposto no § 2º do artigo 20, devendo recair, sempre que possível, em professor aprovado em Concurso Público que se encontre na espera de vaga.

Parágrafo Único – O professor concursado que aceitar contrato nos termos deste artigo, não perderá o direito à futuro aproveitamento em vaga do Plano de Carreira e nem sofrerá qualquer prejuízo na ordem de classificação.

Art. 29 – As contratações serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contrato:

- I – regime de trabalho de vinte e cinco horas semanais;
- II – vencimento mensal igual aos dos professores Nível 1, classe “A”;
- III – gratificação natalina e férias proporcionais nos termos do regime jurídico único dos servidores do Município;
- IV – gratificação de difícil acesso, de multi-docencia e por exercício de direção de escola, quando for o caso, nos termos desta Lei;
- V – inscrição em sistema oficial de previdência social.

### **TÍTULO VII DAS FÉRIAS**

Art. 30 – Os professores em exercício de regência de classe nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, o período de férias será de 45 (quarenta e cinco) dias, durante os períodos de recesso, devendo ser fixado em calendário anual, de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

Parágrafo Único – As férias dos demais integrantes do Magistério Público do Município correspondente a 30 (trinta) dias por ano e serão concedidas coletivamente no mês de janeiro.

### **TÍTULO VIII *DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS***

Art. 31 – Ficam extintos todos os cargos efetivos, em comissão ou funções gratificadas específicas do Magistério Municipal anteriores à vigência desta Lei.

Art. 32 – Os atuais professores concursados do Magistério Municipal serão aproveitados nos cargos criados por esta Lei, distribuídos nas classes, A, B, C, D, E e F





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

do Quadro de Carreira e no nível de habilitação que lhe corresponder, observando o seguinte:

I – na classe “A” os professores que possuírem mais de cinco anos de exercício no Magistério do Município;

II – na classe “B” os professores que possuírem mais de cinco anos e até dez anos de exercício no Magistério do Município;

III – na classe “C” os professores que possuírem mais de dez anos até quinze anos de exercício no Magistério do Município;

IV – na classe “D” os professores que possuírem mais de quinze anos até vinte anos de exercício no Magistério do Município;

V – na classe “E” os professores que possuírem mais de vinte anos até vinte e cinco anos de exercício no Magistério do Município;

VI – na classe “F” os professores que possuírem mais de vinte e cinco de exercício no Magistério do Município.

Art. 33 – Excepcionalmente no ano de 1999, a classificação a que se refere o § 1º do Artigo 28, será realizada no prazo de trinta dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 34 – Os concursos realizados ou em andamento para aproveitamento de cargos ou empregos públicos de professor terão validade para efeito de aproveitamento dos candidatos em cargos criado por esta Lei.

Art. 35 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 36 – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário, especialmente as normas referentes ao Magistério contidas na Lei 820/97.-

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE  
DEZEMBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO (16-  
12-1998)

**Ver<sup>a</sup> M<sup>a</sup> DAS GRAÇAS VASCONCELOS SILVA**  
***Presidente da Câmara***

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 18-12-1998, conforme cópia arquivada em pasta própria.

***Lúcia Maria Miguel Moraes***

***Atendente Legislativo***

### ANEXO ÚNICO





## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

DENOMINAÇÃO	FORMAS DE PROVIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
<b>SÉRIE DE CLASSE DE DOCENTE</b>		
-Docente de 1ª a 4ª série	Concurso público de provas e títulos	Habilitação Específica de 2º grau ou 3º grau de acordo com a legislação em vigor.
-Docente de Educação	Concurso público de provas e títulos	Habilitação Específica de 2º grau com especialização em pré-escola ou 3º grau de acordo com a legislação em vigor.
-Docente de Educação Especial	Concurso Público de provas e Títulos	Habilitação Específica de 2º grau ou 3º grau para ensino de Deficientes de acordo com a legislação em vigor.
-Docente de 5ª a 8ª série	Concurso Público de Provas e títulos	Habilitação específica de 3º Grau com licenciatura Plena e de acordo com a legislação em vigor.
<b>SÉRIE DE CLASSE DE ESPECIALISTAS</b>		
-Diretor de Escola I, II e III	Livre nomeação e exoneração – comissionado	Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação específica conforme legislação em vigor.-
-Secretário de Escola	Livre nomeação e exoneração – comissionado	Habilitação Específica de 2º grau ou 3º grau de acordo com a legislação em vigor.
-Bibliotecário	Livre nomeação e exoneração – comissionado	Habilitação Específica de 2º grau ou 3º grau de acordo com a legislação em vigor
-Supervisor, Orientador e Inspetor escolar	Acesso por concurso interno de provas e títulos	Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação específica conforme legislação em vigor.